

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO DO PROJETO DE INSTALAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS PCH VERDE 4 E PCH VERDE 4°, REALIZADA NO DIA 24-09-2009, NO MUNICÍPIO DE ÁGUA CLARA – MS.

5

1

2 3

4

Aos 24 dias do mês de setembro de 2009, às 19 horas, no auditório da Câmara 6 7 Municipal de Água Clara - MS foi realizada a Audiência Pública referente ao 8 licenciamento ambiental dos empreendimentos PCH Verde 4 e PCH Verde 4A. Os 9 participantes da Audiência assinaram uma lista de presença que vai anexa a esta ata. A 10 Audiência Pública foi iniciada com a palavra do Sr. Angelin Assemann, representante 11 da DM Construtora que cumprimentou todos os presentes e convidando para compor a 12 mesa as seguintes autoridades: Dr. Pedro Mendes Neto, Assessor Jurídico do IMASUL, 13 no ato representando o Secretário de Meio Ambiente, do Planejamento, Ciência e 14 Tecnologia; o Sr. Felipe Queiroz Cavalcante, Assessor de Diretoria do IMASUL; Sr. 15 Valdeir Pedro de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal, representando o Prefeito 16 Municipal de Água Clara; Srta. Daniela Nakamoto, representando o empreendedor DM Construtora de Obras Ltda.; Engo José Aloísio da Silva, representando a consultoria 17 18 CTE. A seguir, passou a palavra para o Dr. Pedro Mendes para dar continuidade a 19 Audiência Pública. Inicialmente, ele cumprimentou todos os presentes e, em nome do 20 Sr. Secretário de Estado, do Meio Ambiente, do Planejamento, Ciência e Tecnologia, 21 Carlos Alberto Negreiro Said Meneses declarou aberta a presente Audiência Pública 22 que visa apresentar o empreendimento e os Relatórios de Impacto Ambiental para a 23 PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA VERDE 4 E VERDE 4A, empreendimentos 24 a serem instalados no município de Água Clara. E esta audiência cumpre o papel 25 democrático de fazer chegar à população os Estudos de Impacto Ambiental, o Relatório 26 dos Estudos de Impacto Ambiental de empreendimentos considerados de significativo 27 impacto. A seguir convidou o Presidente da Câmara para que faça a sua saudação em 28 nome do Município de Água Clara. Com a palavra o Sr. Valdeir Pedro de Carvalho, 29 Presidente da Câmara de Água Clara agradeceu a presença de todos e justificou a 30 ausência do Sr. Prefeito, que o mesmo foi a Três Lagoas, a trabalho e por isso não pode 31 estar presente no início, mas dali a meia hora ele já se encontrará por ali. Em nome do 32 Sr. Carlito cumprimentou a toda a equipe de engenheiros, pessoas que mostrarão ao 33 povo o que trata a Usina que será construída no Município, que a Usina será benéfica, 34 embora algumas pessoas achem que a mesma possa prejudicar o meio ambiente da 35 região. Mas todas essas Usinas hoje o que se faz é um desvio de água, é muito fácil. Eles vão explanar muito bem para os presentes, que todos verão que não haverá impacto 36 37 do meio ambiente, com certeza o Sr. Carlito que é do meio ambiente explicará depois 38 para todos, finalizou. Com a palavra o Senhor Pedro Mendes Neto, Assessor Jurídico do 39 IMASUL/SEMAC fez uma breve leitura dos principais tópicos da Resolução SEMA Nº 40 4/89 que disciplina a realização das audiências públicas no Estado de Mato Grosso do 41 Sul. Resolução SEMA Nº 4/89 disciplina a realização de audiências públicas no 42 processo de licenciamento de atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos 43 ambientais. "As atividades e empreendimentos que no processo do licenciamento 44 estiverem sujeitas a apresentação de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de 45 Impacto Ambiental, conhecidos por EIA/RIMA poderão estar submetidos à realização 46 de audiências públicas. A audiência pública tem como objetivo divulgar informações, 47 recolher opiniões, críticas e sugestões dos segmentos da população interessada na



49

50 51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61 62

63

64

65 66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

implantação de determinados empreendimentos utilizadores de recursos ambientais ou modificadores do meio ambiente, com o fim de subsidiar a decisão quanto ao seu licenciamento ambiental. As audiências públicas serão convocadas pelo Secretário de Estado de Meio Ambiente sempre que julgar necessário podendo ser solicitados por órgãos, entidades, instituições do Poder Público, Estadual e Municipal ou entidades privadas com finalidades ambientalistas. Além do mediador e do secretário da mesa comporão a mesa de trabalhos representantes do Empreendedor, do Secretário de Estado do Meio Ambiente e da equipe multidisciplinar que elaborou o relatório de impacto ambiental. Poderão ser convidados a integrar a mesa de trabalhos autoridades municipais da área de influência do empreendimento. A função do mediador será exercida pelo Secretário de Estado ou seu representante legal. Os presentes deverão assinar o livro de presença antes do início da Audiência. Iniciada a audiência o mediador exporá as regras, segundo as quais esta se processará, passando a palavra ao representante do Empreendedor para apresentação do projeto, que não poderá ultrapassar 20 minutos. Seguindo-se a apresentação do Relatório de Impacto Ambiental pelo representante da equipe multidisciplinar que o elaborou e não poderá ultrapassar 30 minutos. Será distribuído aos presentes folheto explicativo do procedimento da audiência, listando os principais impactos ambientais do projeto sob análise, assim como as medidas mitigadoras preconizadas. Terminadas as apresentações o mediador anunciará um intervalo de 15 minutos, onde possibilitará o secretário da mesa acolher as perguntas para participação no debate. Os participantes poderão formular questões à mesa através do preenchimento de formulário próprio, com a devida identificação clareza e objetividade. O tempo destinado aos debates será igual à soma dos tempos da apresentação coordenado pelo mediador e deverá levar em conta o número de perguntas inscritas, a duração da seção e o tempo necessário aos esclarecimentos das questões levantadas. Encerrada a reunião o secretário providenciará a lavratura da ata que ficará à disposição dos interessados no departamento de licenciamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente". A seguir disse que todos os presentes, assim que chegaram, foram convidados a assinar o livro de presença que será anexado ao processo de licenciamento, recebendo um folheto explicativo dos Relatórios de Impacto Ambiental tanto da PCH VERDE 4, como do VERDE 4A, listando os principais impactos e as medidas mitigadoras propostas pela Consultoria. Cumpridas essas formalidades iniciais e antes de passar a palavra efetivamente para a apresentação dos projetos, ressaltou que a audiência é de cunho ambiental, e convidou a todos para mantenham a casa da forma como a receberam, como foi cedida pela Câmara Municipal, guardando pertences, rabiscos, papéis ou colocando-os no lixo, de forma a manterem a casa o mais limpa possível. Convidou a todos para manterem os celulares desligados ou no modo silencioso de forma a não interromper as apresentações que virão a seguir. Feitas essas passou a palavra ao representante da empresa DM para fazer sua considerações exposição pelo período de 20 minutos. Com a palavra o Sr. Joemir Alfredo Brüske, Eng. Florestal da DM Construtora de Obras iniciou cumprimentando e dando boas vindas a todos, que fica satisfeito de ver a casa cheia, tornando o propósito da audiência cumprido, que é o de repassar à comunidade interessada as informações desses projetos. Como os presentes devem saber trata-se de dois projetos que serão discutidos, a PCH VERDE 4 e a PCH VERDE 4A. E para otimizar e organizar o tempo decidiram dividir a apresentação em duas partes. No primeiro momento quer se ater à apresentação das características do projeto, da PCH VERDE 4 e num segundo momento da audiência tratará da PCH VERDE 4A. Se apresentou como representante do Empreendedor que é



97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

a empresa DM Construtora de Obras, uma empresa fundada em 1974, com sede em Curitiba e que durante todos esses anos tem atuado em diversos setores de infra estrutura no País como estradas, energia, hidráulica, saneamento e diria que, com setor de energia. Demonstrou algum destaque, no algumas imagens empreendimentos já executados ou em execução pela empresa em diversos locais do País. A DM Construtora possui um sistema integrado de gestão certificado, nas categorias de Gestão de Qualidade, certificado pela norma ISO 9001, Meio Ambiente pela ISO 14001 e Certificado em Segurança e Saúde do Trabalhador pela Norma OHSAS 18.001. Feita essa breve apresentação se ateve a algumas características do projeto PCH VERDE 4. A PCH VERDE 4 que estão localizados no Rio Verde entre os municípios de Água Clara e Ribas do Rio Pardo, na Bacia do Rio Paraná. O processo que levou à concepção desse projeto que hoje está sendo apresentado ali para discussão, iniciou com um inventário que foi realizado em toda a sub bacia do Rio Verde e que apontou os possíveis aproveitamentos hidrelétricos em alguns pontos desse rio. Para aproveitamento denominado de PCH VERDE 4 foi concebido então um projeto para a geração de 19 MW de energia. Em 2005 foi publicado pela ANEEL a resolução autorizativa que concede à DM Construtora o direito de se instalar como produtora independente de energia para exploração do potencial hidrelétrico da PCH. Então em 2007, por recomendação do órgão ambiental, foi realizada a avaliação ambiental estratégica, durante a qual foi realizada uma reunião pública, no município de Água Clara para a exposição dos resultados desse estudo e para manifestação da Comunidade. Feito isso os estudos foram encaminhados ao órgão ambiental para análise e foram aprovados em dezembro de 2008. Ainda em 2008 iniciou-se então a realização dos estudos, do Estudo de Impacto Ambiental e a elaboração do seu respectivo Relatório que foi então encaminhado em 2009 para o IMASUL. Encontra-se em análise e é o objetivo da Audiência, apresentar os resultados desse Relatório de Impacto Ambiental. A seguir sobre as características da PCH VERDE 4 que tem uma potência instalada de 19 MW, produzidos através de duas turbinas do tipo Kaplan, com 9,5 MW de potência cada uma delas. Está previsto uma área de reservatório em torno de 9,74 km², atingindo esse reservatório o nível máximo na cota de 365. Logo abaixo do barramento dessa barragem a cota real no terreno será a 345, então produzindo uma diferença ali de 20 m, que corresponde à queda bruta desse aproveitamento hidrelétrico e que será usada para geração de energia. Essa Usina deverá operar com uma vazão do rio em torno de 108 m³/s. Demonstrou em slide o arranjo geral da PCH VERDE 4, onde todas as estruturas do barramento estão alinhadas num eixo reto ao longo, cruzando o leito normal do rio. Composto da seguinte forma: na margem direita do rio no município de Ribas do Rio Pardo, uma barragem de terra, de solo compactado chegando até o leito do rio onde será construído, o vertedouro do empreendimento; já na margem esquerda do rio no município de Água Clara, a casa de força responsável pela geração de energia, novamente uma barragem de terra de solo compactado na margem direita. A partir dessa barragem é que se forma o reservatório do qual já falou. Forma-se esse reservatório que deverá atingir as áreas demonstrou uma foto de satélite, que se estenderá ao longo do Rio Verde, a partir da barragem, com seu remanso beirando o próximo aproveitamento que seria a PCH VERDE 4A, que se encontra acima da PCH VERDE 4. Ao longo de todo o reservatório que será formado em torno de 9,75 km² será formado também a faixa de preservação permanente, a APP conforme a legislação que estipula em 100 m, uma faixa de 100 m, completamente composta com vegetação nativa cobrindo o terreno, evitando então problemas de erosão, de assoreamento desse reservatório. Demonstrou



145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

uma foto, que diria ser o coração da Usina, que é a casa de força onde a energia é gerada. A casa de força está localizada junto à barragem que será construída abaixo, no pé da barragem e será responsável pela geração. A geração de modo simples. A água que se encontra no reservatório é conduzida através de condutos forçados até a turbina, a unidade geradora, movimenta a unidade geradora e a partir dali segue pelo canal de fuga e vai encontrar novamente o leito natural do rio, abaixo da barragem. Demonstrou em slide uma segunda estrutura importante no projeto da PCH VERDE 4 que é o vertedouro que será construído, está previsto ser construído no leito do rio. A função dele é regular o nível do reservatório. Estará na cota 365, portanto a altura do vertedouro, a altura máxima será nessa cota 365 e toda a água que exceder esse nível do reservatório verterá para essa estrutura e seguindo o curso natural do rio a energia dessa água, quando passar por ali (demonstrando em slide) terá que ser dissipada para evitar problemas de erosão, haverá uma escadaria construída na região ali, ajusante e uma laje de concreto também, com esse objetivo de dissipar a energia da água. E o próprio terreno macico, rochoso que existe logo abaixo da barragem contribui também evitando que tenham problemas de erosão, de assoreamento na área do Empreendimento. E por fim demonstrou uma previsão do que poderá ser a linha de transmissão que trará energia gerada, tanto na PCH VERDE 4A quanto, na PCH VERDE 4. O traçado previsto, parte da subestação em cima do aproveitamento PCH VERDE 4A segue por cerca de 25 km até a subestação da PCH VERDE 4 e onde é interligado e segue até a subestação localizada no município de Água Clara, perfazendo cerca de 80 km nesse traçado. Disse que tentou ser breve na exposição mostrando alguns dos aspectos mais importantes do Projeto, até mesmo para garantir mais tempo para o objetivo maior que é a apresentação dos resultados dos estudos ambientais pelo Consultor, agradeceu pela atenção de todos, porém antes de devolver a palavra para a Mesa solicitou, para tornar a exposição mais didática e compreensível para todos que ali estão presentes, apresentar um vídeo contendo algumas imagens com o objetivo de deixar mais claro e aproveitar também melhor o tempo dessa exposição. Ressaltou que, no vídeo, a maior parte das imagens utilizadas foram realmente gravadas em campo, durante a realização dos trabalhos, mas a totalidade das imagens que são apresentadas são de obras de engenharia, com movimentação de maquinário etc., são ilustrativas, apenas para dar uma idéia sobre como é o tipo de Empreendimento como esse. As imagens são todas gravadas em INÍCIO DO VÍDEO 1 DA PCH campo durante os trabalhos. Agradeceu e finalizou. VERDE 4 – RIMA, narrado: "Esse filme apresenta o Estudo de Impacto Ambiental de uma Pequena Central Hidrelétrica – PCH, projetada para ser implantada no Rio Verde, afluente do Rio Paraná, no nordeste do Estado do Mato Grosso do Sul. O estudo ambiental ora apresentado atende ao que determina a legislação em vigor, tendo sido realizado conforme termo de referência emitido pelo Instituto de Meio Ambiente -IMASUL. A PCH denominada de VERDE 4 está prevista no inventário hidrelétrico, estudo que indica os locais do rio favoráveis à construção de Usinas o qual foi aprovado pela ANEEL. Esta PCH foi contemplada também no estudo de avaliação integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Verde concluído no ano de 2007 e aprovado pelo órgão ambiental em 2008. Trata-se de uma Usina de pequeno porte com área de reservatório de 10 km², o lago abrangerá faixas de terras dos municípios de Água Clara e Ribas do Rio Pardo. A Usina se situará acima da UHE São Domingos e abaixo da PCH Verde 4 A. O Estudo de Impacto Ambiental tem como objetivo direcionar as ações para que a Usina seja implantada evitando interferências mais significativas e minimizando aquelas que são inevitáveis e ainda indicando a compensação pelo uso



193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237238

239

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

dos recursos naturais. O conhecimento da Bacia do Rio Verde e do projeto da Usina possibilitou ainda a indicação de programas ambientais a serem executados pelo empreendedor, alguns em parcerias com os municípios envolvidos. O estudo foi realizado por uma equipe de técnicos e especialistas com amplo conhecimento nos meios físico: clima, água, rocha, solos; biológico: vegetação e animais silvestres; e socioeconômico: população, economia, saúde e educação. Foram importantes o uso de imagens de satélite recentes e os levantamentos em campo realizados em duas campanhas, uma na estação chuvosa e outra na seca. Esses levantamentos possibilitaram uma visão mais completa e detalhada da área onde será implantada a PCH. Utilizou-se também de uma moderna ferramenta de informação geográfica visando garantir maior segurança na elaboração dos mapas dos diversos temas, todos eles georreferenciados. Os elementos do meio físico foram detalhadamente estudados como a distribuição das chuvas, as temperaturas, o comportamento da umidade do ar e os ventos. Também foram estudadas as rochas, os solos e as condições topográficas, os quais possibilitaram a construção de mapas de sistemas bem como compartimentação da porção da bacia do Rio Verde em seções alta, média e baixa, além da localização das áreas mais vulneráveis onde a tendência à ocorrência de erosões é maior. Seis tipos de solos ocorrem na bacia. A estrutura rochosa está representada pelos arenitos e pelos basaltos. Os basaltos, rochas resistentes que ocorrem no leito do Rio Verde, darão suporte às fundações da barragem. As águas superficiais e subterrâneas foram estudadas, inclusive a capacidade de armazenamento pelas rochas. As coletas e análises realizadas revelaram boas condições das águas do Rio Verde. As diversas formações vegetais existentes, como as variações do cerrado e das matas, foram detalhadamente avaliadas. As formações florestais se apresentam quase que de forma contínua ao longo do Rio Verde, alternando extensões de características secundária e primária. Entre estas surgem eventualmente manchas de campo úmido. As formações de cerrado por sua vez ocorrem em forma de fragmentos remanescentes de formação primária, esparsamente distribuídos em meio às pastagens plantadas, as quais são dominantes na região". SR. JOSÉ DÉLIO – ESPECIALISTA EM VEGETAÇÃO: "Os estudos realizados permitiram a identificação de diversos tipos fito fisionômicos de ocorrência ao longo do Rio Verde dentre eles formações florestais, como mata ciliar e ainda áreas campestres como campo limpo úmido ou varjões. Sendo que nas porções mais elevadas, já fora da área de influência direta, foram identificados tipos característicos das formações savânicas como cerrado denso e também florestal do tipo cerradão. Esses estudos possibilitou a identificação de áreas naturais conservadas, porém a maioria já se encontra alteradas em função do uso e posterior abandono, são as chamadas capoeiras e ainda pelo acesso do gado dentro desses remanescentes que ainda restam, já que a maioria das áreas identificadas ou levantadas tem acesso livre. Não são isoladas e o gado tem acesso ao interior dessas formações comprometendo, dessa forma, o processo de sucessão que ocorre naturalmente dentro dessas áreas de mata, principalmente. Foram identificadas algumas espécies interessantes nesses levantamentos dentre elas o bálsamo, uma espécie já rara, hoje em dia, que foi encontrada num fragmento de mato ainda conservado na fazenda do senhor Tito e da Aroeira, que é uma espécie protegida, que ocorre de forma generalizada ao longo de todo o Rio Verde nos locais com afloramentos de rochas, principalmente". Continuando a narração: "Em algumas áreas da bacia do Rio Verde notam-se usos inadequados como, por exemplo, desmatamentos para transformação da madeira em carvão e formação de novas pastagens. A licença para pesquisa de animais silvestres



241

242

243

244

245

246247

248

249

250

251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

265

266267

268

269

270

271

272

273274

275

276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

possibilitou estudos através de diversos levantamentos de campo, com o uso de recursos e materiais apropriados para capturar os bichos sem machucá-los. Foram usadas também câmeras de alta sensibilidade com disparo infravermelho para fotografar os animais à noite, depois de catalogados esses animais foram novamente soltos. Assim pesquisaram-se os mamíferos em seus diversos ambientes, os répteis em seus locais preferenciais, os anfíbios nas áreas úmidas e junto aos rios e lagos". SR. WILIAN VAZ DA SILVA - DOUTOR EM FAUNA SILVESTRE: "Os estudos de fauna referentes aos empreendimentos seguiu as condicionantes relacionadas à resolução normativa do Ibama nº 146, que contempla duas estações para coleta; a estação seca e a estação chuvosa, que aqui foi desenvolvido o maior número de estratégias amostrais para os grupos vertebrais terrestres desde répteis, anfíbios, aves e mamíferos, desde a armadilha de captura até registros de carcaças de ratos e etc. A fauna do empreendimento é uma fauna muito diversa que está relacionado com a complexidade de ambientes da região. Existem na região muitos fragmentos de matas semi-decíduas, decíduos em bom estado de conservação. Essa fauna está associada, em parte, a esses fragmentos. Existem desde espécies especialistas até espécies generalistas no uso do ambiente. Então é de grande relevância o estudo mais apurado dessa fauna, que pode apresentar surpresas à ordem taxonômica e biogeográfica para região". Continuando a narração: "Os insetos foram pesquisados detalhadamente nos locais em que se escondem e ainda nas matas, através do método da isca humana". SR. DAVID GIANNOTTI – ESPECIALISTA EM FAUNA: "Bom, o trabalho de entomologia está sendo executado durante toda a área que vai ser afetada, diretamente afetada e nós estamos fazendo a coleta dos insetos vetores. Qual que é a importância dessa coleta para o empreendimento? Primeiramente nós vamos passar fazendo a coleta, posteriormente a análise dos insetos que foram capturados que podem transmitir doenças. É de fundamental importância fazer essa coleta porque, levantando quais são as principais espécies que existem na região, nós vamos poder prevenir algumas doenças que podem vir a ocorrer quando começar construção do empreendimento". Continuando a narração: "As aves foram levantadas pela observação direta e identificadas também pelo canto. O aprofundamento do conhecimento dos animais silvestres deverá prosseguir com a realização dos programas ambientais indicados, os quais deverão ser executados por um período mais longo. Os peixes foram coletados em vários pontos do Rio Verde, tanto na época de seca, como no período chuvoso, foram medidos, fotografados e catalogados. Ao final constatou-se que o Rio Verde e alguns afluentes apresentam grande quantidade e variedade de peixe. SR. GUSTAVO RIBEIRO – MESTRE EM ICTIOFAUNA: "O estudo da ictiofauna, aqui na área da PCH Verde, está sendo realizado com utilização de redes de espera, tarrafas, puçás e também a pesca elétrica em alguns córregos aqui da região. O resultado até agora demonstrou presença de algumas espécies migratórias, como dourado, piapara, piracanjuba. O estudo de ovos e larvas está sendo realizado através da coleta destes com aquele equipamento que vocês acabaram de ver. Esses ovos e larvas coletados poderão demonstrar as áreas de reprodução das espécies de peixe. E através desse resultado nós estamos indicando um estudo mais minucioso dessas espécies aqui no Rio Verde". Continuando a narração: "A qualidade de vida nos dois municípios foi levantada através dos indicadores sociais e infraestrutura existente. Os municípios oferecem boas condições de vida aos seus habitantes. Nos dois municípios a população diminuiu no campo e aumentou nas cidades, nas últimas décadas. O setor econômico tem como atividade tradicional a criação de gado de corte. Nas cidades predominam o



289

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308

309

310

311

312

313

314

315

316

317

318

319

320

321

322

323

324

325

326

327

328

329

330

331

332

333 334

335

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

comércio e serviços e atividades industriais relacionadas ao beneficiamento da madeira. Levantou-se também o patrimônio cultural da região, além da existência de sítios arqueológicos no local da Usina. O estudo do Rio Verde e o diagnóstico da sua bacia com suas características físicas, biológicas e modos de ocupação, pastagens, lavouras, mostrou que a criação extensiva de gado é a atividade mais adaptada à região. A análise e integração das informações foram úteis para elaboração dos mapas temáticos como geologia, geomorfologia, aptidão agrícola dos solos, vegetação, entre outros. Os dados levantados possibilitaram a avaliação dos impactos que deverão ocorrer nas fases de construção e de funcionamento da pequena central hidrelétrica. Os impactos foram analisados quanto; Ação que o produz - construção, enchimento, funcionamento; Tipo de efeito - positivo e negativo; Probabilidade de ocorrência baixa, moderada, alta; Magnitude – baixa, média, alta; Abrangência – área direta e indireta; Duração - temporário permanente; Relevância - baixa, média, alta; Implicações – físicas, bióticas, socioeconômicas; Mitigabilidade – baixa, moderada, alta. Mitigação do impacto; Mitigabilidade – alta, média, baixa, Compensatória; especificação – preventiva corretiva; Área de aplicação - direta indireta; Etapa de aplicação - construção, enchimento, funcionamento; Responsável para medida empreendedor, poder público. Dessa maneira foi possível indicar as medidas mitigadoras adequadas a cada impacto e em que momento o empreendedor deverá executá-las. Para os impactos positivos foram propostas medidas otimizadoras, assim, por exemplo, para geração de empregos recomenda-se que seja aproveitada a mão de obra disponível na própria região e que seja firmada uma parceria com as prefeituras envolvidas para promover um treinamento para a qualificação dos trabalhadores locais interessados. Entre os impactos que mais exigem atenção está a interferência em propriedades rurais afetando principalmente as parcelas mais próximas ao rio, áreas de pastagens e benfeitorias como cercas, currais, algumas edificações e pequenos trechos de estradas. Essas interferências mereceram atenção especial no estudo e serão compensadas pelo empreendedor através de um programa de negociação de terras e benfeitorias, resolvendo-se caso a caso todas as questões, de modo a não causar maiores prejuízos ao proprietário rural afetado. Um programa de educação ambiental será executado por especialistas para orientar os trabalhadores no modo correto de realizar as obras para minimizar os impactos à vegetação e aos animais silvestres. Para a interferência na vegetação, implicando em perda de parcelas de matas e refúgios de animais silvestres, foram indicados programas específicos. O salvamento de sementes na fase de desmatamento contribuirá para o programa de recomposição da vegetação do entorno do lago. Haverá ainda a compensação ambiental que poderá ser através da implantação da uma área protegida, uma Unidade de Conservação. A qualidade biológica nesse trecho do Rio Verde, especialmente de suas águas, será controlada tanto durante o período de obras, quanto após a formação do lago, evitando-se contaminações de qualquer natureza. Além das medidas indicadas um elenco de outros programas ambientais foi proposto para serem executados tanto na fase de construção como de funcionamento da Usina. O Estudo de Impacto Ambiental da PCH VERDE 4 indica medidas com objetivo de possibilitar a implantação da Usina, minimizando as interferências sobre o ambiente natural, evitando impactos sociais negativos e otimizando os impactos positivos os quais deverão se traduzir em benefícios à região". SR. JOSÉ ALOÍSIO DA SILVA - COORDENADOR DO ESTUDO AMBIENTAL: "Como podemos observar esse estudo exigiu um amplo e minucioso levantamento que possibilitou o conhecimento da região e que ao final os técnicos



337

338

339

340

341

342

343

344

345

346

347

348

349

350

351

352

353

354

355

356

357

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372

373

374

375

376

377

378

379

380

381

382

383

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

puderam indicar as medidas e os programas ambientais de tal maneira que essa Usina possa ser implantada de uma maneira correta, adequada e que acima de tudo respeite a natureza local e as comunidades do entorno do empreendimento". FIM DO VÍDEO 1 DA PCH VERDE 4 – RIMA. Com a palavra o Sr. Joemir Alfredo Brüske, Eng. Florestal da DM Construtora de Obras disse que na sequência durante o vídeo todos viram que foi mencionada a questão de programas ambientais e mitigação e compensação dos impactos ambientais, socioambientais advindos desse Empreendimento. Então para falar um pouco mais a respeito desses programas, tornar isso um pouco mais claro para todos, convidou o Eng. Aloísio da CTE para fazer essa explanação. Com a palavra o Sr. José Aloísio da Silva, Coordenador do Estudo Ambiental iniciou cumprimentando a todos e disse que é um prazer estar ali para expor o trabalho que realizaram na região do Rio Verde visando à implantação do Empreendimento. Como puderam observar o estudo foi realizado por uma extensa equipe de pesquisadores, com mais de 30 especialistas nas mais diversas áreas, como não puderam trazer todos os especialistas, trouxeram os especialistas coordenadores de área, que estão ali, entre eles: o Professor Alan que é Sociólogo e que foi responsável pelo estudo sócio econômico, ele que coordenou os trabalhos na área social e econômica; a Doutora Priscila que é especialista em limnologia e qualidade de água e macrófitas aquáticas; o Gustavo Ribeiro que é especialista em ictiofauna, ou seja, em peixes; O Professor Walter Cassete que é especialista no Meio Físico, Geomorfologia, Geologia e Recursos Hídricos; o Professor Willian Vaz que é especialista, Doutor em fauna; o biólogo José Délio que é especialista em vegetação. Portanto foi uma extensa equipe que esteve trabalhando na região e que puderam sentir a hospitalidade dos proprietários rurais que os ajudaram muito durante os trabalhos, inclusive o Sr. Dorival que está presente, ao qual agradeceu, ao Sr. Cândido que é uma pessoa que contribuiu bastante com a atividade durante os estudos. Como todos observaram o estudo exigiu uma dedicação muito grande dos técnicos para que pudessem conhecer profundamente a região e para que ao final pudessem ser propostos programas ambientais e ações, medidas que viesse minimizar impactos provenientes da implantação da Usina. Sabem que nenhum empreendimento pode ser implantado sem que cause algum efeito na natureza, nas condições ambientais. Por isso os técnicos tiveram que, primeiro conhecer o ambiente, para depois propor as ações e medidas que, acreditam, virá minimizar as interferências no ambiente da região. Na sequência apresentará um conjunto de impactos que foram levantados e as medidas propostas para que esses impactos sejam diminuídos ou minimizados. E na terceira coluna terão os programas ambientais também propostos. Demonstrou em slide a perda de terras em razão da formação do reservatório, nesse caso são indicadas indenizações e compensações. O programa relativo a essa interferência é o programa de negociação e aquisição de terras. Está sendo indicado para que o Empreendedor se entenda com os proprietários e resolva caso a caso essa questão. Evidentemente, no momento oportuno quando ele já estiver de posse da licença de implantação. Na sequência terão a degradação ambiental pela implementação do canteiro de obras, caminhos de serviço, acampamento e a consequente produção de resíduos sólidos ou lixo e esgoto sanitário. Estão recomendando a recomposição das áreas degradadas, à destinação adequada dos resíduos, do lixo e o tratamento do esgoto, antes que ele possa ser lançado ou conduzido a uma fossa de infiltração. Depois terão a interferência nos recursos ambientais e hídricos da região, com a possibilidade de modificação na velocidade das águas e alteração das características físico-químicas e biológicas durante o enchimento do reservatório. Indicam o controle de vazão, controle



385

386

387

388

389

390

391

392

393

394

395

396

397

398

399

400

401

402

403

404

405

406

407

408

409

410

411

412

413

414

415

416

417

418

419

420

421

422

423

424

425

426

427

428

429

430

431

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

da qualidade das águas, durante a fase de construção e posteriormente na fase de funcionamento da Usina. Ações predatórias; como caça, pesca retirada de recursos vegetais, pela interferência dos operários da obra. Sabem que numa obra desse porte é possível que também se importe trabalhadores de outras regiões. Então durante essas atividades é muito comum aqueles trabalhadores se interessarem pelos animais silvestres da região e até fazerem alguma captura de espécies dessa fauna regional. Então daí a preocupação que se aplique um programa de educação ambiental aos operários. É uma forma de qualificá-los para realizarem essas atividades de uma forma adequada respeitando a região, respeitando os animais silvestres e evitando, portanto uma interferência que possa degradar a fauna e a flora da região. Indicam a realização de palestras de conscientização e aplicação desse programa de educação ambiental aliado a um programa de divulgação e orientação ambiental para que todos estejam preparados para desenvolverem todas essas fases de uma maneira correta e adequada. Foram levantados ainda a possibilidade de degradação ambiental pela retirada de material de empréstimo e de construção. Uma obra desse porte necessita de rocha, necessita de solo. Então estão sendo indicadas ações como à recomposição dessas áreas e o controle de ações erosivas de efeitos erosivos que podem ocorrer em função dos agentes meteorológicos, a chuva principalmente, o escoamento superficial. programa especial seria direcionado para essa questão que seria o programa de recuperação de áreas degradadas e um programa de controle dos processos erosivos e de assoreamento. Um outro aspecto relativo a essa questão de empréstimo de solo e rocha é que na medida do possível tanto a rocha quanto o solo sejam retirados da área que será inundada, da área que ficará submersa. Esse impacto seria ainda melhor minimizado. Uma outra questão levantada foi a possibilidade de ocorrência de acidentes de trabalho durante a realização dessas etapas construtivas. Estão indicando o uso de equipamento de proteção individual, principalmente capacete, luvas, botas adequadas, etc. A realização de palestras de conscientização dos operários e a disponibilização desses equipamentos de proteção de combate a incêndio, de manutenção de máquinas e equipamentos e um programa de emergência e estratégia operacional em caso de acidentes. O programa de educação ambiental também deverá orientar os trabalhadores no sentido de se precaverem evitando a ocorrência de acidentes de trabalho. Uma outra possibilidade levantada foi a produção de ruído, poeira e vibrações. Têm alguns desses impactos que são inevitáveis. Haverá a explosão, detonação de rocha, movimentação de máquinas, de veículos pelos caminhos de serviço. Recomendam, nesse caso, que essas vias sejam umidificadas, evitando-se um volume grande de poeira e que os operários também usem equipamentos durante as ações de detonação de rocha e explosões, evitando-se acidentes. Problemas sociais, pressão sobre a infraestrutura das cidades que estão no âmbito do Empreendimento. Aconselham um programa de apoio institucional às Prefeituras. Esse programa deverá fazer o acompanhamento da pressão sobre a infraestrutura de saúde, de educação, enfim todas aquelas questões ligadas ao município e que possam estar sofrendo alguma pressão em decorrência da construção desse empreendimento, da presença de um volume razoável de trabalhadores. Sabem que esses trabalhadores necessitam de atender às suas necessidades. E o município, a cidade de Água Clara, de Ribas do Rio Pardo serão o apoio a essas atividades de construção. Daí a importância desse programa de apoio institucional às prefeituras. Na sequência foram identificados interferências em sítios arqueológicos, já foi feito um levantamento prévio que não indicou a presença de material arqueológico na área que será afetada pela construção do Empreendimento. Aconselham que haja um acompanhamento



433

434

435

436

437

438

439

440

441

442

443

444

445

446

447

448

449

450

451

452

453

454

455

456

457

458

459

460

461

462

463

464

465

466

467

468

469

470

471

472

473

474

475

476

477

478

479

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

porque pode ser que no momento de uma escavação, de uma investigação de solo, de rocha, eventualmente possa aparecer um artefato lítico ou cerâmico de importância, de relevância e nesse caso este programa estará indicado para que esse material seja resgatado, seja preservado. Outra interferência inevitável é a perda da vegetação natural, a interferência nos animais atingindo a vegetação, principalmente, aquela mais próxima ao rio, àquela que os técnicos chamam de vegetação justafluvial. Indicam o salvamento das espécies vegetais mais relevantes, para que isso possa compor um banco de dados, possa manter um documento a respeito daqueles vegetais que estariam na área a ser submersa. Indicam o florestamento da Área de Preservação Permanente do lago, que seria aquela faixa, aquela orla em torno do lago que necessita de conter uma vegetação para evitar que a qualidade da água do lago se deteriore, ou seja, que venha material que possa estar interferindo com a qualidade do lago. Então a vegetação no entorno imediato do lago é importante para a proteção do mesmo. Nesse sentido indicam: Programa de Salvamento da Vegetação; Programa de Resgate e Manejo de Animais Silvestres durante o enchimento, durante a fase de construção; Programa de Conservação dos Peixes; Programa de Desmatamento e limpeza do reservatório, aquela vegetação mais significativa necessita ser retirada para preservar a qualidade da água do reservatório, se essa vegetação mais densa não for retirada poderá com seu apodrecimento prejudicar a qualidade da água do lago, do reservatório; Programa de Implantação de uma Unidade de Conservação, que isso fica a cargo de um estudo posterior; e Programa de Reflorestamento do entorno. Um outro impacto é o incremento das atividades recreativas pela presença do lago. Sabem que um reservatório de água atrai as pessoas para recreação, para o lazer. Nesse sentindo necessitam de uma fiscalização dessas atividades e que seja realizado um programa de uso do entorno do reservatório, atendendo uma Resolução do CONAMA que foi proposta justamente para que se faça um plano de uso desse reservatório, de seu entorno imediato para que não ocorra de forma espontânea. E ainda nesse sentido, aquelas zonas no entorno do lago que necessitam serem efetivamente protegidas serão também contempladas pelo programa no uso de entorno do reservatório. Existem ainda impactos pela degradação da água do lago durante a construção que pode afetar os peixes, os organismos aquáticos. Nesse sentido recomenda uma fiscalização, uma atenção maior no uso dos combustíveis, dos produtos químicos, evitando-se derramamentos e ainda um programa de monitoramento da qualidade das águas do lago. Quanto ao impacto positivo que é a oferta de emprego na área de construção civil, recomenda que dêem preferência à mão de obra existente na região, em Água Clara, Ribas e Camapuã, que são as cidades mais próximas ao Empreendimento, que o Empreendedor, em parceria com as Prefeituras, realize um treinamento, uma qualificação dos trabalhadores locais interessados para que sejam aproveitados na obra. Aumento da oportunidade de emprego e renda pela dinamização das atividades econômicas. Quando há uma disponibilização maior dessa infraestrutura, que é a energia, normalmente há uma dinamização de uma série de outras atividades. Várias indústrias ou a maioria delas necessitam de energia para funcionarem. A maior oferta de energia pode dinamizar essas atividades do setor econômico. E para isso recomendam um plano de desenvolvimento local integrado e um plano de apoio à criação de um comitê da bacia do Rio Verde. Sobre o aumento da arrecadação municipal recomendam que esses tributos sejam aplicados de maneira adequada, correta para que se revertam em benefício de toda a coletividade do município. Os impactos mais significativos do Empreendimento e as medidas propostas, assim como os programas ambientais foram esses. E ao final estarão ali, com os coordenadores de área,



481

482

483

484

485

486

487

488

489

490

491

492

493

494

495

496

497

498

499

500

501

502

503

504

505

506

507

508

509

510

511

512

513

514

515

516

517

518

519

520

521

522

523

524

525

526

527

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

à disposição de todos para que possam elucidar alguma dúvida que ficou em relação à apresentação. Entendem que o filme apresentado foi a forma mais adequada para mostrar a todos, como esse estudo foi realizado, a importância dos levantamentos e a relevância na indicação dessas medidas e programas ambientais. Agradeceu finalizando. Com a palavra o Senhor Pedro Mendes Neto, Assessor Jurídico do IMASUL/SEMAC explicou que foi feita a apresentação do empreendimento DM Construtora e VERDE 4, PCH VERDE 4. Passarão a seguir à apresentação referente à VERDE 4A, não sem antes comunicar e agradecer a presenca do Adriano Nogueira, Gerente do Centro Integrado de Apoio ao Trabalhador de Ribas do Rio Pardo, Professor Costa, Biógrafo e Gerente do Desenvolvimento Econômico, também da Prefeitura de Ribas do Rio Pardo, que compareceram engrandecendo o evento. Passarão à exposição referente à VERDE 4 A. Com a palavra o Sr. Joemir Alfredo Brüske, Engenheiro Florestal da DM Construtora de Obras iniciou a apresentação da PCH VERDE 4A. informou que, de modo semelhante ao aproveitamento anterior a PCH VERDE 4, a VERDE 4A está localizada também no Rio Verde, acima da anterior, atingindo os municípios de Água Clara, Ribas do Rio Pardo e partes do sul do município de Camapuã. O histórico desse processo é semelhante ao do Empreendimento citado anteriormente, porém na fase de inventário foi concebido um aproveitamento que gerasse não mais 19, como no caso VERDE 4, mas 28 MW de energia para o aproveitamento VERDE 4 A. Em 2005 também foi publicado a resolução que permitiu a DM Construtora se instalar como produtora de energia para aproveitamento da PCH VERDE 4A. O que foi contemplada, também na avaliação ambiental estratégica, que foi apresentada ali em 2007, aprovada pelo órgão ambiental em 2008 e contemplada na realização do EIA/RIMA em 2008, protocolado esse ano, em 2009 e que está sendo ali apresentado. As características desse empreendimento, como já falou, a potência dele superior à da VERDE 4, será de 28 MW, também distribuídos, produzidos através de duas turbinas, dessa vez do tipo Francis, sendo cada uma delas produtoras de 14 MW de energia. A área do reservatório, para permitir essa geração, é um pouco superior a do empreendimento anterior, na ordem de 11,25 km². O nível máximo do reservatório vai se estabelecer na cota 395 e o nível normal ajusante da barragem 365. Portanto produzindo uma queda bruta maior de 30m e deve operar numa vazão em torno de 106m³ por segundo. O arranjo desse empreendimento se assemelha muito com o VERDE 4, composto por duas barragens na margem esquerda e direita, o vertedouro também sobre o leito do rio e a casa de força instalada na margem esquerda, no município de Água Clara. O reservatório então formado a partir da construção da barragem atingirá como já falou, até o sul do município de Camapuã no remanso do reservatório e partes do município de Água Clara e Ribas do Rio Pardo. Sobre a casa de força a operação dela é exatamente igual a do empreendimento anterior. A água reservada no lago artificial criado será conduzida através dos condutos forçados, atingindo as unidades geradoras, movimentando e seguindo então pelo canal de fuga até o leito normal do rio. A mesma animação que já foi apresentada. O vertedouro, a função como já falou, anteriormente, é de regular o nível do reservatório. Ele estará construído na cota 395, então toda a água que exceder esse limite verterá por essa estrutura. Um detalhe que esqueceu de mencionar no slide da outra apresentação foi a respeito de duas galerias que são construídas na base desse vertedouro e que permite, durante a construção e antes do enchimento do reservatório, que a água do rio, como está no leito natural dele, passe por essas galerias chamadas de adufas, de modo que elas só serão fechadas parcialmente para o enchimento do reservatório e posteriormente toda a água do reservatório passará pelas unidades



529

530

531

532

533

534

535

536

537

538

539

540

541

542

543

544

545

546

547

548549

550

551

552

553

554

555

556

557

558

559

560

561

562

563

564

565

566

567

568

569

570

571

572573

574

575

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

geradoras e seguir o curso normal do rio. A linha de transmissão exatamente igual então ao que eu já havia demonstrado antes. Ela sairá da subestação da VERDE 4A, passará pelo aproveitamento da VERDE 4 e seguirá até o município de Água Clara, operando com uma tensão de 138 KV e uma extensão aproximada, como falou de 80 km. Então com isso encerrou novamente essa explanação sobre o projeto em si, as características do projeto da VERDE 4A e dando sequência da mesma forma como já aconteceu passou a palavra à Mesa. Finalizou agradecendo. Com a palavra o Senhor Pedro Mendes Neto, Assessor Jurídico do IMASUL/SEMAC disse que é importante ressaltar, do ponto de vista da Secretaria de Meio Ambiente, um detalhe que esqueceu de mencionar no início da Audiência. As Usinas consideradas pequenas centrais hidrelétricas, por resolução, por medida provisória, decorrente ainda do apagão que o Brasil sofreu em 2001, serão classificadas como empreendimentos que não são sujeitos ao Estudo de Impacto Ambiental, do EIA/RIMA. Elas têm uma natureza diferenciada por conta da necessidade que o Brasil enfrentou de implementar a oferta de energia elétrica, então por consenso do Ministério das Minas e Energia e o Ministério do Meio Ambiente houve por bem que essas pequenas centrais hidrelétricas, que produzissem até 30 MW, fossem tratadas no Licenciamento Ambiental através de um licenciamento simplificado com apresentação de um Relatório Ambiental Simplificado, não sujeito à audiência pública. No entanto, em consideração que a DM foi contemplada pela ANEEL com os dois aproveitamentos hidroelétricos de PCH, um na sequência do outro, e que o efeito que consideram efeito sinérgico, o somatório dos efeitos das duas PCH, tornaram o Empreendimento de forma mais significativa, portanto trabalhado pela Secretaria de Meio Ambiente na forma de grande impacto e por isso foi solicitado à realização de Estudo de Impacto Ambiental, Relatório e a apresentação nessa Audiência Pública. Passadas as apresentações, aliás, feitas também de forma conjunta, dado a esse efeito cumulativo dos dois empreendimentos partirão para um breve intervalo de quinze minutos, passando antes algumas regras, as quais deverão ser consideradas no debate a seguir. A equipe do cerimonial, a equipe da DM estará distribuindo as folhas de questionamento aos presentes, aquele que se interessar pelo... Foi comunicado que terão um segundo vídeo, para apresentar a PCH VERDE 4A, mas posicionamento para o debate, encerrado o vídeo, encerrará o primeiro bloco partindo de imediato para o intervalo. As perguntas devem ser dirigidas ou à empresa DM na qualidade de empreendedor ou à empresa de Consultoria que realizou os estudos ambientais. A Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul não respondem perguntas durante a Audiência, por que estão ali na condição de mediadores e também para levarem as dúvidas, as sugestões, as críticas para o processo do licenciamento ambiental. Somente serão respondidas as perguntas cujos autores permaneçam no plenário. Pergunta cujo autor se ausentar, não será respondida, seguirá para o processo de licenciamento e será analisada pela equipe que está com esse licenciamento, com essa incumbência, porém não será respondida na reunião, somente serão respondidas as perguntas cujos autores permaneçam no plenário. A seguir apresentou o vídeo e na sequência, esgotado a apresentação do mesmo partirão para o intervalo de quinze minutos. Narração do filme: "O filme que será apresentado agora mostra como foi realizado o Estudo de Impacto Ambiental da PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA VERDE 4A, projetada para ser implantada no Rio Verde, entre os municípios de Água Clara, Ribas do Rio Pardo e Camapuã. O estudo ambiental PCH atende à legislação em vigor e o Termo de Referência emitido pelo Instituto de Meio Ambiente - IMASUL. Prevista no inventário hidrelétrico do Rio



577

578

579

580

581

582

583

584

585

586

587

588

589

590

591

592

593

594

595

596

597

598

599

600

601

602

603

604

605

606

607

608

609

610

611 612

613

614

615

616

617

618

619

620

621

622

623

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

Verde, estudo que indica os locais do rio com potencial para construção de Usinas, a PCH foi contemplada também no estudo de avaliação integrada da bacia hidrográfica, concluído no ano de 2007 e aprovado pelo órgão ambiental em 2008. Será uma Usina de pequeno porte com lago em torno de 11 km², abrangendo parcelas de terras dos três municípios já citados. A PCH VERDE 4A estará logo acima da PCH VERDE 4, na mesma região. O objetivo do estudo é levantar os impactos que a obra deve causar e propor as ações que minimizem as interferências mais significativas e ainda indicar as compensações para aqueles impactos que não podem ser mitigados. O estudo indica ainda programas ambientais que devem ser executados pelo empreendedor, tanto no local da obra quanto no entorno e sede dos municípios. O estudo foi desenvolvido por uma extensa equipe de especialistas, envolvendo geógrafos, geólogos, biólogos, sociólogos, engenheiro florestal entre outros. Imagens de satélite recentes, bem como os levantamentos em campo, realizados na época das chuvas e na seca, deram consistência ao estudo. Foram esses levantamentos que possibilitaram o melhor conhecimento da área onde será implantada a PCH. Vários mapas foram elaborados para expressar como são os vários aspectos da região, como as rochas, o solo, a vegetação e até mesmo as diversas formas de uso como práticas agrícolas. Nesse sentido todos os elementos foram estudados em detalhe como a distribuição das chuvas, das temperaturas, a umidade do ar e os ventos. O mesmo ocorreu em relação às rochas, os solos e a topografia, bem como permitiu identificar as suas áreas mais vulneráveis onde podem ocorrer erosões com maior intensidade. Em relação ao solo constataram-se seis tipos diferentes como se vê no mapa: os arenitos e os basaltos são as rochas características dessa região. Os basaltos, rochas resistentes que ocorrem no leito do Rio Verde darão suporte às fundações da barragem. SR. VALTER CASSETE -DR. EM GEOMORFOLOGIA: "Bem, os levantamentos do meio físico da bacia do Rio Verde levaram em consideração as condições da geologia, do relevo, as condições de solo e também, além do clima as condições dos próprios recursos hídricos. Quanto à estrutura geológica existe uma diferença significativa na bacia representada por esses derrames basálticos localizados na parte baixa da bacia e que esses basaltos eles encontram-se superpostos por sedimentos areníticos, principalmente. Então, essa estrutura geológica acaba proporcionando uma característica diferenciada em termos de relevo. Enquanto que nas partes altas da bacia prevalecem formas tabulares com baixo grau de movimentação, nas partes mais profundas, ou seja, aquelas relacionadas aos derrames basálticos, a movimentação do relevo ela passa a ser um pouco mais expressiva caracterizada, principalmente, por formas convexas. Essa conjugação de fatos dá também uma variação com relação aos aspectos de solo e também da vulnerabilidade da bacia em termos de erosão. Enquanto que nessas áreas, superfícies arenosas prevalecem uma vulnerabilidade mais alta à atividade, à erosão na parte relacionada aos derrames basálticos nós vamos observar uma maior resistência mecânica das próprias rochas ou das formações superficiais frente à ação das atividades erosivas. E é exatamente nesta parte onde existe uma maior estabilidade em termos de erosão é que está prevista a implantação do reservatório. E como se pode observar aqui, onde essa tonalidade rosa representada pela seqüência dos derrames basálticos caracteriza grande parte de toda a área prevista para inundação. Enquanto que as áreas imediatas estão representadas por essas seqüências arenosas. Portanto essa secão acaba tendo uma maior resistência em termos erosivos em relação às seções imediatas caracterizadas por estruturas arenosas com uma maior vulnerabilidade em termos erosivos". Continuação da narração: "Foram também estudadas as águas dos



625

626

627

628

629

630

631

632 633

634

635

636

637

638

639

640

641

642

643

644

645

646

647

648

649 650

651

652

653

654

655

656

657 658

659

660

661

662 663

664

665

666 667

668

669

670

671

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

rios. As análises realizadas revelaram que as águas do Rio Verde são de boa qualidade. Estudaram-se também as formações vegetais existentes como os tipos de cerrados e de matas. A vegetação acompanha o canal do Rio Verde quase que de forma contínua. Na região ocorrem ainda manchas de campo úmido. Os fragmentos de cerrado ocorrem em meio às pastagens plantadas, as quais são dominantes na região. O uso do solo na bacia do Rio Verde nem sempre ocorre de forma adequada. Em vários locais verificaram-se desmatamentos de matas relevantes para a transformação da madeira em carvão e formação de novas pastagens. SR. JOSÉ DÉLIO – ESPECIALISTA EM VEGETAÇÃO: "Cobertura vegetal é representada por categorias naturais e também antrópicas. As antrópicas formadas basicamente pelas pastagens que sustentam a bovinocultura. Enquanto que a natural é representada pelas formações florestais presentes ao longo do rio, áreas de transição da mata presente na beira do rio para o cerrado, da área do espigão e ainda as formações campestres que ocorrem... ou varjões que ocorrem isolados ao longo do rio. Essas áreas apresentam, principalmente, na margem esquerda se apresentam bastante alteradas. As maiorias das formações florestais dessa margem são de características secundárias, ou seja, teve um uso no passado e essas áreas foram abandonadas e houve um processo de regeneração. Por outro lado na margem direita foram encontrados vários fragmentos ainda primários, em bom estado de conservação, possivelmente em função do maior isolamento já que as vias de acesso naquela margem direita são menores do que na margem esquerda". Continua a narração: "Com a licença de pesquisa de animais silvestres, os técnicos puderam estudar os bichos da região. Essa atividade foi desenvolvida com o uso de materiais apropriados para capturar os bichos sem machucá-los. Câmaras de alta sensibilidade com disparo em infravermelho, para fotografar os animais à noite revelaram os bichos que dificilmente se vê durante o dia". SR. DAVID GIANNOTTI – ESPECIALISTA EM FAUNA: "Essa metodologia que está sendo utilizada com câmara, armadilha fotográfica de sensor de presença vai ser colocado ao longo de todo o reservatório, área diretamente afetada e várias câmaras estão sendo colocadas espaçadas e cerca, mais ou menos, de 5 km uma da outra para poder ter uma amostragem mais qualificada dos mamíferos que são encontrados na região. E tanto a área de influência direta como indireta vai se amostrada dessa maneira. Outras metodologias que serão utilizadas para poder fazer o monitoramento e o avistamento dos animais; um vai ser o avistamento direto dos mamíferos, que está sendo feito pelo método transecto, nós pegamos o carro ou às vezes a pé, e saímos em uma área, uma determinada área que vai possibilitar a gente ter um contato visual. Caso não haja contato visual com o animal nós vamos ter os vestígios indiretos, que serão as pegadas e fezes, isso só para os mamíferos. Então com isso a gente vai fazer a identificação da pegada, vai ter noção de qual espécie que está na região e vai ser catalogado e registrado, tanto com coordenada geográfica quanto a descrição fitofisionomia". Continuação da narração: "Os animais depois de catalogados foram novamente soltos, dessa forma conheceram-se os mamíferos da região, os répteis, os anfíbios nas áreas úmidas e junto aos rios e lagoas". SR. WILIAN VAZ DA SILVA – Dr. EM FAUNA SILVESTRE: "Bom, em se tratando do grupo da heptofauna, o grupo da heptofauna compreende os répteis e os anfíbios de determinada localidade. E a área de influência do empreendimento é considerada uma região interessante em termos de heptofaunístico por contemplar algumas espécies do cerrado, típicas do cerrado e espécies típicas do pantanal. Então a gente tem uma grande probabilidade de encontro, aqui nessa área, de espécies que ocorrem no pantanal e no cerrado. É estimada a



673

674

675

676

677

678

679

680

681

682

683

684

685

686

687

688

689

690

691

692

693

694

695

696

697

698

699

700

701

702

703

704

705

706

707

708

709

710

711

712

713

714

715

716

717

718

719

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

ocorrência de cerca de 100 espécies de répteis considerando quelônios, serpentes, lagartos, crocodilianos e cerca de 40 espécies de anfíbios, desde rãs terrestres, arborícolas, espécies arborícolas. E o grupo da heptofauna contempla diversa... uma diversidade enorme de espécies que está ocorrendo em diversos ambientes desde espécies terrestres, espécies que utilizam a serra pilheira do ambiente de matas de galeria e matas ciliares para ocorrer e espécies de ambientes abertos". Continua a narração: Até os insetos foram pesquisados detalhadamente nas matas e habitações da região. As aves foram levantadas pela observação direta e identificadas também pelo canto. O conhecimento dos animais silvestres vai prosseguir através dos programas ambientais que serão executados durante a construção da Usina e ainda na fase de funcionamento. A pesquisa de peixes ocorreu em vários pontos do Rio Verde, tanto na época de seca, como no período chuvoso. Os peixes coletados foram medidos, fotografados e catalogados, verificou-se que o Rio Verde, bem como alguns de seus afluentes, possui grande quantidade e variedades de peixes. SR. GUSTAVO RIBEIRO -MESTRE EM ICTIOFAUNA: "Nós estamos aqui realizando um levantamento na área da PCH VERDE 4A e até o momento foi coletado aproximadamente 20 espécies de peixe. Estamos agora num procedimento de coleta na etapa de seca e estamos notando que o rio realmente abaixou, o que dificulta um pouco a coleta devido à difícil navegação na área, porque os trechos navegáveis são poucos devido as várias cachoeiras existentes. E também um outro aspecto que chamou a atenção aqui que foi coletado apenas espécies migratórias da espécie caraciformes e não foi coletado aqui e não existe a presença de espécies uriformes como o pintado, o jaú, e assim identificamos apenas essas espécies para essa área". Continuação da narração: "Os municípios de Água Clara, Ribas do Rio Pardo e Camapuã possuem juntos população de 46.572 habitantes, ou seja, 2% do total do estado do Mato Grosso do Sul. A qualidade de vida nos municípios foi levantada através dos indicadores sociais e da infra-estrutura existente, constatou-se que os três municípios oferecem boas condições de vida aos seus moradores. Nas últimas décadas a população migrou do campo para as cidades. A atividade tradicional na região é a criação de gado de corte. O comércio, os serviços, além de atividades industriais relacionadas ao beneficiamento da madeira, predomina nas cidades. Na área da Usina pesquisou-se também a evidências de sítios arqueológicos. O levantamento socioeconômico dessa porção da bacia Rio Verde revelou que a criação extensiva de gado é a atividade mais adaptada à região. Ao final dos levantamentos e de posse das diversas informações foi possível a elaboração dos mapas temáticos como geologia, geomorfologia, aptidão agrícola dos solos, vegetação e vários outros. O conhecimento das características físicas, bióticas e sociais da região possibilitou a avaliação dos impactos que deverão ocorrer tanto na fase de construção como na de funcionamento da PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA VERDE 4A. Os impactos possíveis de ocorrer foram analisados quanto; Ação que o produz construção, enchimento, funcionamento; Tipo de efeito – positivo, negativo; Probabilidade de ocorrência - baixa, moderada, alta; Magnitude – baixa, média, alta; Abrangência – área direta e indireta; Duração – temporário, permanente; Relevância – baixa, média, alta; Implicações – físicas, bióticas, socioeconômicas; Mitigabilidade – baixa, moderada, alta. De outro lado as medidas foram detalhadas quanto; Mitigabilidade – alta, média, baixa, Compensatória; Especificação – preventiva, corretiva; Área de aplicação - direta, indireta; Etapa de aplicação - construção, enchimento, funcionamento; Responsável pela medida – empreendedor, poder público. Realizando essas análises foi possível propor as medidas mitigadoras adequadas a



721

722

723

724

725

726

727

728

729

730

731

732

733

734

735

736

737

738

739

740

741

742

743

744

745

746

747

748

749

750

751

752

753

754

755

756

757

758

759

760

761

762

763

764

765

766

767

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

cada impacto e em que momento o empreendedor deverá executá-las. Aos impactos positivos foram indicadas medidas visando melhorá-los assim, por exemplo, para geração de empregos recomendou-se o aproveitamento da mão-de-obra disponível na região. De que forma? Através de uma parceira entre empreendedores e as prefeituras envolvidas, visando treinar e qualificar os trabalhadores para atuarem na obra. O estudo recomenda atenção às interferências nas propriedades rurais, pois em algumas delas o lago vai atingir parcelas mais próximas ao rio, áreas de pastagens e benfeitorias, como cercas, currais, algumas edificações e pequenos trechos de estradas. Essas interferências deverão ser compensadas pelo empreendedor através de um programa de negociação de terras e benfeitorias, resolvendo-se caso a caso todas essas questões, de modo a não causar prejuízos ao proprietário rural afetado. Foi recomendado também um programa de educação ambiental que deverá ser executado por especialistas para orientar os trabalhadores da obra num modo correto de realizar as ações, visando o menor impacto na vegetação, nos animais silvestres e nas pessoas. Como haverá perda de parcela de matas que se constituem em refúgios de animais silvestres, estão sendo indicados programas específicos. Também as espécies vegetais mereceram atenção, o salvamento de sementes na fase de desmatamento, contribuirá para o programa de recomposição da vegetação no entorno do lago. A construção da obra implica ainda em compensação ambiental que poderá ser através da implantação da uma unidade de conservação. A qualidade das águas nesse trecho do Rio Verde deverá ser controlada tanto durante o período de obras, quanto após a formação do lago, evitando-se contaminações de qualquer natureza. Juntamente com as medidas propõe-se também um conjunto de outros programas ambientais para serem executados tanto na fase de construção, como de funcionamento da Usina. O Estudo de Impacto Ambiental da PCH VERDE 4A recomenda várias medidas que visam à implantação da Usina de forma correta e adequada e possa apresentar uma melhoria para a região". SR. JOSÉ ALOÍSIO DA SILVA – COORDENADOR DO ESTUDO AMBIENTAL: "O estudo ambiental da PCH VERDE 4A foi realizado por uma extensa equipe de técnicos e especialistas nas mais diversas áreas. E dessa forma puderam levantar todos os meios físico, biológico, socioeconômico e ao final indicarem as medidas para que esse empreendimento possa ser implantado de uma maneira adequada, respeitando a comunidade, as pessoas, a natureza, os animais silvestres, enfim de uma forma equilibradamente sustentável". FIM DO VIDEO 2 DA PCH VERDE 4A – RIMA. Com a palavra o Sr. José Aloísio da Silva, Coordenador do Estudo Ambiental disse que como todos podem observar os dois empreendimentos, são bastante semelhantes em termos de implantação, ou seja, terão uma área do Rio Verde que receberá a estrutura, a barragem propriamente dita, onde serão realizadas as interferências tecnológicas das obras de engenharia. E terão um trecho do rio que será transformado de águas rápidas em águas lentas com a formação do reservatório. Portanto, as interferências ou os impactos são bastante semelhantes. Eles foram tratados de maneira distinta. Os impactos, as medidas e os programas, como eles são aplicados a uma mesma região, ao mesmo tipo obra e afetando tanto o rio quanto a vegetação, os animais e as pessoas, terão praticamente só as interferências sociais ou socioeconômicas variando um pouco. No primeiro caso tiveram uma interferência em dois municípios e agora, com a implantação da PCH VERDE 4A, têm a interferência em três municípios. Então aquelas medidas recomendadas anteriormente como viram aos municípios de Água Clara e de Ribas nesse caso aqui também se aplicam ao município de Camapuã. Portanto como há uma semelhança nas atividades e nos impactos e evidentemente nas medidas e nos



769

770

771

772

773

774

775

776

777

778

779

780

781

782

783

784

785

786

787

788

789

790

791

792

793

794

795

796

797

798

799

800

801

802

803

804

805

806

807

808

809

810

811

812

813

814

815

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

preservaram os presentes da descrição mais detalhada dos impactos, programas medidas e programas. Com a palavra o Senhor Pedro Mendes Neto, Assessor Jurídico do IMASUL/SEMAC anunciou a presença do Sr. Prefeito Edvaldo Alves e convidou a todos para o intervalo de quinze minutos, findos os quais retornarão ao plenário para o início dos debates. Com a palavra o Senhor Pedro Mendes Neto, Assessor Jurídico do IMASUL/SEMAC, retomando os trabalhos, após o intervalo, anunciou o debate que se seguirá utilizando a seguinte metodologia; receberão a pergunta, o secretário fará a triagem das perguntas para organizá-las de modo a contemplarem assuntos subsequentes ou por blocos, feitos essa triagem, ele recebe a pergunta, identifica a presença do seu autor em plenário, faz a leitura da pergunta, uma vez identificado o seu autor, direcionando a pergunta ao Consultor ou ao Empreendedor. Lembrando a todos que tanto o Consultor quanto o Empreendedor poderão fazer uso de suas equipes de trabalho, para melhor responder aos questionamentos que vierem. Feita a leitura da pergunta o consultado disporá de 3 minutos para fazer sua resposta, esgotado esse prazo questionará ao autor da pergunta se a resposta lhe foi satisfatória, o sendo passará à pergunta seguinte e havendo necessidade de complementação a essa resposta, convidará ao autor da pergunta para, ao microfone, fazer o seu pedido de complementação ou seu comentário pelo período de um minuto e meio, findo os quais retornará a palavra a quem efetivou a resposta para sua complementação. Estabelecidas as regras passou a leitura da 1ª. Questão de César Augusto Oliveira Marques, da Fazenda Vista Alegre, que estava presente e perguntou ao Consultor: Como fica a piracema diante da construção das PCHs? Com a palavra o Sr. José Aloísio da Silva, Coordenador do Estudo Ambiental respondeu que como puderam perceber, tanto na explicação do Empreendedor com o arranjo, quanto no filme que assistiram, haverá uma interrupção no Rio Verde no sítio do Empreendimento. A interrupção naturalmente vai barrar a subida de peixes. O que estão indicando, o programa que foi citado ali de conservação dos peixes, é um programa que deve contemplar tanto o empreendimento que está ajusante, que é São Domingos que seria o primeiro barramento a interromper a piracema, quanto no Empreendimento que está mais a montante que é a VERDE 4A. Entendem que o especialista, seu pesquisador de peixes indicou no Estudo que devem contemplar as três Usinas para que efetivamente possam implementar ações para conservação dos peixes do Rio Verde. Então não adiantaria uma ação isolada, fazer um sistema de transposição de peixes apenas em umas das Usinas. Essa estratégia deveria contemplar as três Usinas. Quando diz sistema de transposição de peixes, existem várias maneiras de se fazer isso, uma delas é a escada de peixes, tem os canais, tem os elevadores de peixes, têm vários outros sistemas que procuram minimizar essa interferência na migração dos peixes. Com a palavra o Senhor Pedro Mendes Neto, Assessor Jurídico do IMASUL/SEMAC perguntou ao autor se ficou satisfeito com a resposta e ele respondeu que sim, o mesmo agradeceu e passou para a 2ª. Questão de Antônio Costa, Geógrafo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente de Ribas do Rio Pardo, que estava presente e perguntou ao Consultor: Gostaria de mais informações a respeito de escada de peixes, o destino da mata retirada pelo processo do alagamento, tempo de revegetação da margem do lago com nativas ou exóticas? Com a palavra o Sr. José Aloísio da Silva, Coordenador do Estudo Ambiental respondeu que com relação ao sistema de transposição de peixes já falaram. Está satisfeito? Precisa acrescentar alguma coisa em relação ao sistema? Com relação à vegetação, viram na etapa anterior, que foi proposto que a área a ser inundada, ou seja, o reservatório seja limpo, seja retirada aquela vegetação mais densa, mais significativa



817

818

819

820

821

822

823

824

825

826

827

828

829

830

831

832

833

834

835

836 837

838

839

840

841

842

843

844

845

846

847

848

849

850

851

852

853

854

855

856

857

858

859

860

861

862

863

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

para que se preserve a qualidade da água do lago. Então essa seria a supressão da vegetação, a limpeza da área do reservatório. Quanto à recomposição da vegetação na orla do reservatório pediu ao especialista, pesquisador José Délio que é uma pessoa bastante preocupada com vegetação do cerrado e é um pesquisador dessa área que completasse a resposta. Com a palavra o Sr. José Délio, Especialista em Vegetação respondeu que sobre o uso da madeira, ela será aproveitada, logicamente que é um recurso importante. E a reconstituição da borda do lago foi recomendado um programa que use espécies nativas, porque espécies exóticas são proibidas, e que seja feito obedecendo a fisionomia original, ou seja, elevarão o nível da água, a nova borda que se formará não será a mesma. Normalmente não é a mesma fisionomia que tem na beira do rio, por isso fazem amostragens também na borda, para indicar que as espécies que sejam utilizadas sejam as nativas e obedecendo cada uma da fisionomia original, ou seja, se for um trecho do entorno do reservatório que é ocupado por um cerrado típico ou um denso, por exemplo, que aquela margem, que aquela borda do lago seja recomposta obedecendo a uma composição que seja daquele cerrado. E da mesma forma onde houver floresta, mata normalmente onde o solo é melhor que obedeça àquela composição. Então, de maneira alguma não se permite o uso de espécies exóticas nesse tipo de trabalho. Com a palavra o Senhor Pedro Mendes Neto, Assessor Jurídico do IMASUL/SEMAC perguntou ao autor se ficou satisfeito e ele solicitou se manifestar. Com a palavra o Sr. Antônio Costa explicou que mora na região de Ribas do Rio Pardo, nasceu ali como muitos que moram em Água Clara. E tem uma Usina lá na sua região, a Usina de Mimoso e lá tem um lago, na mesma proporção que farão ali, um pouco maior. E a característica que quer passar para eles é o seguinte assim, nosso solo... Como já foi feito ali muito explanado pelo colega ali da parte de geologia, é muito pobre. E a sua preocupação é a seguinte, têm um lago ali com 35 anos e a vegetação lá está rala ainda. Então se for plantar uma nativa, hoje, na beira dos lagos ele vai demandar 50, 60 anos para chegar naquilo que querem. Então a preocupação é o seguinte, o tempo que vai demorar para esse lago estar protegido. Que possuem um lago em Ribas do Rio Pardo, como já disse, com problemas graves de assoreamento, a Usina está sofrendo muito em relação a esse tipo de assoreamento, porque o solo é muito pobre e a vegetação cresce muito lenta. Será que só o nativo vai conseguir suprir esta necessidade de proteção no lago? Isso é o que queria deixar para eles. Com a palavra o Sr. José Délio, Especialista em Vegetação disse que é uma boa colocação, mas o objetivo principal também não é só proteger o lago. Acha que é talvez restaurar parte daquilo que foi perdido. Sobre o tempo de crescimento, não sabe se no empreendimento citado foi feito ou não, ou se simplesmente abandonaram a área esperando que ela se reconstituísse naturalmente. Logicamente que as formações de cerrado, o crescimento das espécies é mais lento realmente. Contudo o programa prevê que sejam realmente plantadas essas espécies, como falou no início, obedecendo à fisionomia. Se plantar uma espécie de mato, onde foi falado, numa área de solo ruim, ela não vai crescer naturalmente. Agora usando aquela espécie que já cresceu ali, por exemplo, uma espécie de cerrado, sabe lá, um pau-terra, uma sucupira, um baru, um negócio assim. Se plantar ali ela vai crescer. Um baru, por exemplo, com cinco anos ele já está reproduzindo, com 4 m de altura. E, logicamente que isso o programa prevê uma implantação e uma manutenção dessas espécies; coroamento, proteção para evitar a entrada de gado, principalmente. E acredita que com pouco espaco de tempo, se fizerem o manejo correto, terão uma área já com uma cobertura vegetal satisfatória. Logicamente que um tempo longo para que atinja um estado quase de porte de uma



865

866

867

868

869

870

871

872

873

874

875

876

877

878

879

880

881

882

883

884

885

886

887

888

889

890

891

892

893

894

895

896

897

898

899

900

901

902

903

904

905

906

907

908

909

910

911

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

vegetação de clímax. Com a palavra o Sr. José Aloísio da Silva, Coordenador do Estudo Ambiental disse que essa Usina de Mimoso é da década de 60, 70. Então provavelmente não tenha sido feito o Estudo de Impacto Ambiental para implantação da mesma. Com a palavra o Senhor Pedro Mendes Neto, Assessor Jurídico do IMASUL/SEMAC passou para a 3^a. Questão de Márcio Tavares Aranda, que estava presente e perguntou ao Consultor: Porque não citou outras espécies de peixes como o pintado, cachara? Será que é porque são mais frágeis às piracemas? Com a palavra o Sr. José Aloísio da Silva, Coordenador do Estudo Ambiental solicitou ao Sr. Gustavo Ribeiro pesquisador da área de peixes para responder. Com a palavra o Sr. Gustavo Ribeiro, Mestre em Ictiofauna, após cumprimentar a todos e se apresentar explicou que espécies iguais ao pintado, o jaú, são espécies siluriformes, são bagres, até bem conhecidas no Rio Verde, eles ocorrem, aproximadamente, abaixo das cachoeiras. Se não se engana o nome é cachoeira Preta e esses empreendimentos, estão acima dessa cachoeira. Então é uma faixa que não conseguiram coletar esses peixes. Inclusive, até mesmo através de entrevistas com moradores, fazendeiros da região indicaram também esse fato, inclusive no Estudo. Quem quiser ler o Estudo de ictiofauna, deve procurar também no órgão ambiental (IMASUL), lá ele cita claramente esse fato. Com a palavra o Senhor Pedro Mendes Neto, Assessor Jurídico do IMASUL/SEMAC perguntou ao autor se ficou satisfeito e ele respondeu que sim, o mesmo agradeceu e passou para a 4ª. Questão de Esequias Pereira de Souza, que estava presente e perguntou ao Empreendedor: Quanto à capacitação de trabalhadores no empreendimento ficará a cargo do poder público? Qual o prazo para começar essa capacitação? Com a palavra a Srta. Daniela Nakamoto, da DM Construtora de Obras Ltda., após cumprimentar a todos, respondeu que a Empresa tem a política de fazer parcerias com a Prefeitura e Sebrae para que seja feito curso de capacitação, lógico que devido ao porte do Empreendimento, terão que fazer um curso de várias... Que selecionam as principais categorias de mão de obra que será empregada no Empreendimento como carpinteiro, armador e fornecem um curso. Lógico tem que ver também a possibilidade do Município de ter profissionais para dar esse treinamento. Prazo é quando do início da implantação do Empreendimento ali. Com a palavra o Senhor Pedro Mendes Neto, Assessor Jurídico do IMASUL/SEMAC perguntou ao autor se ficou satisfeito e ele respondeu que sim, o mesmo agradeceu e passou para a 5ª. Questão de Sílvia, Técnica em Segurança do Trabalho, que estava presente e perguntou ao Empreendedor: Quais as possibilidades de vagas de emprego? Com a palavra a Srta. Daniela Nakamoto, da DM Construtora de Obras Ltda. respondeu que focam a mão de obra nas cidades locais no caso de maior impacto, seria Água Clara, Ribas e Camapuã. Essas obras geram em torno de 500 empregos diretos. Com a palavra o Senhor Pedro Mendes Neto, Assessor Jurídico do IMASUL/SEMAC perguntou a autora se ficou satisfeita e ela respondeu que sim, o mesmo agradeceu e passou para a 6ª. Questão de Adriano Nogueira, Gestor do CIAT - Centro Integrado de Atendimento ao Trabalhador de Ribas do Rio Pardo, que estava presente e perguntou ao Empreendedor: Qual a previsão do início das obras? Quantos empregos diretos e indiretos para essa construção? Como formas de priorizar a empregabilidade no município que garantias e métodos serão usados? Com a palavra a Srta. Daniela Nakamoto, da DM Construtora de Obras Ltda. respondeu que a previsão de início depende também da Licença de Instalação pelo órgão ambiental, caso isso ocorra, a previsão seria em 2011 o início do Empreendimento. Empregos diretos em torno de 500 e empregos indiretos 100 a 200. As garantias e métodos para seleção de mão de obra? Sim, seria feito um cadastro junto com a Prefeitura. Solicitou ao seu colega, Sr. Luis Roberto para complementar a



913

914

915

916

917

918

919

920

921

922

923

924

925

926

927

928

929

930

931

932

933

934

935

936

937

938

939

940

941

942

943

944

945

946

947

948

949

950

951

952

953

954

955

956

957

958

959

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

resposta. Com a palavra o Sr. Luis Roberto Barato, após cumprimentar a todos e se apresentar, disse que as questões de contratação de obra nos outros Empreendimentos que já possuem em andamento, adotaram um critério de parceria junto às Prefeituras, junto às agências de trabalho. Normalmente cadastraram pessoas que residiam no município, que no momento do seu cadastro apresentaram uma conta de luz, uma conta de água e depois foi feita a seleção dos funcionários pela capacitação de cada um, dentro daquilo que atendia a necessidade da empresa. Com a palavra o Sr. José Aloísio da Silva, Coordenador do Estudo Ambiental interrompeu solicitando ao seu colega, Sr. Alan para complementação da resposta. Autorizado pelo Sr. Pedro, Mediador, foi concedida a palavra ao Sr. Alan, Coordenador dos Estudos Socioeconômicos que após cumprimentar a todos e se apresentar como sociólogo e coordenador do estudo socioeconômico explicou que no estudo prevê-se, então, a execução de um programa especificamente voltado para a questão de recrutamento. Claro que o programa está na forma conceitual, não está no seu detalhamento, quando então à época ocorrerá esse detalhamento. Mas se prevê então a contração de mão de obra, especialmente a local. E isso tem uma importância muito grande, quer dizer, não só do ponto de vista de elevar a empregabilidade da população de trabalhadores, que residem nos municípios diretamente afetados pelos empreendimentos, mas também tem outros rebatimentos qual seja, quanto mais trabalhadores contratarem nos municípios, menos trarão de outras regiões e consequentemente reduzirão impactos típicos da imigração temporária de trabalhadores, que ali na região conhecem bem em função da especificidade do desenvolvimento econômico que passaram ao longo dos últimos anos. Então essa questão se reforça pela existência do programa e volta-se especificamente a essa preocupação que foi levantada. E lá está dizendo o seguinte; que procurarão recrutar o possível de trabalhadores locais, qualificando-os, melhorando empregabilidade e desse modo também rebatendo positivamente no sentindo de minimizar possíveis efeitos oriundos de imigração temporária de trabalhadores, no caso ali para Água Clara, para Ribas e para Camapuã. Com a palavra o Senhor Pedro Mendes Neto, Assessor Jurídico do IMASUL/SEMAC passou para a 7ª. Questão de Jonas Martins da Silva, que estava presente e perguntou ao Empreendedor: Quanto à mão de obra e a segurança dos trabalhadores, haverá retirada de mata de lugares perigosos? Com a palavra o Sr. Luis Roberto Barato, da DM Construtora de Obras Ltda. respondeu que a questão do desmatamento é sempre complexa. Envolve áreas de banhado, áreas íngremes, que não é o caso ali na região, são poucas áreas íngremes e a retirada, normalmente, adotaram uma forma de procedimento aonde não é possível se fazer um trabalho mecanizado. O procedimento usado e visando dar mais garantias ao próprio trabalhador, trabalharam inicialmente com uma roçada, na seqüência é feito o abate das árvores e a retirada do material. Existem determinadas situações em que os técnicos, tanto dos seus consultores, como os técnicos do Instituto Ambiental, e que avalizam as questões da não retirada, quando não há a possibilidade, essa vegetação fica. Mas essas são situações analisadas por técnicos e pelo órgão ambiental também em comum acordo. Já tiveram caso desse tipo. Porque a segurança do trabalhador, mesmo trabalhando com calça protegida, motosserra, com capacete e com luvas e botas é um trabalho bastante difícil, muito difícil! Com a palavra o Senhor Pedro Mendes Neto, Assessor Jurídico do IMASUL/SEMAC perguntou ao autor se ficou satisfeito e ele respondeu que sim, o mesmo agradeceu e passou para a 8ª. Questão de Sílvia, que estava presente e perguntou ao Empreendedor: De que forma será contratada a mão de obra? O Sr. Pedro perguntou à autora se a referida questão já foi respondida pelo que foi



961

962

963

964

965

966

967

968

969

970

971

972

973

974

975

976

977

978

979

980

981

982

983

984

985

986

987

988

989

990

991

992

993

994

995

996

997

998

999

1000

1001

1002

1003

1004

1005

1006

1007

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

exposto? A autora disse que sim. Passou para a 9^a. Questão de Heber da Silva Souza, da 1^a Igreja Batista, que estava presente e perguntou ao Empreendedor: No plano de apoio às cidades, infra-estrutura, que tipos de melhorias ou incentivos serão dados à saúde? Que tipo de ações estão sendo estudadas para os hospitais da região? Com a palavra o Sr. Luis Roberto Barato, da DM Construtora de Obras Ltda. respondeu que normalmente as questões voltadas ao município elas são tratadas pela administração da empresa juntamente com os Poderes Municipais, Prefeitura e são traçados planos. Por exemplo, têm municípios em que estão atuando junto à Prefeitura na execução de um aterro sanitário, que é uma prioridade para aquele município. Outros municípios têm uma prioridade em termos de lazer. Teve municípios que trabalharam na infra-estrutura de vias de acesso à região. Juntamente com a Empresa e a Prefeitura readequaram malhas rodoviárias, visando dar melhor trafegabilidade. Cada município, caso a caso, é tratado com órgão público e se é traçada as metas dentro daquilo que é necessário e aquilo que também é compatível com o Empreendimento. O colega também sociólogo gostaria de fazer alguma consideração. Com a palavra o Sr. Alan, Coordenador dos Estudos Socioeconômicos disse que certamente uma questão que norteou, uma concepção que norteou todo o estudo que foi apresentado pelo Senhor Aloísio é a idéia da sustentabilidade. Quer dizer o estudo volta-se exatamente para isso. Sabem, por exemplo, que quanto mais ele causa imigração temporária, maior será a pressão e a elevação por demanda de serviços públicos, serviços esses, que os municípios de um modo geral, os municípios brasileiros têm dificuldades em atender. Para garantirem a sustentabilidade do Empreendimento sugeriram às medidas, dentre elas aqueles programas todos. Esse programa de apoio à Prefeitura é um programa de responsabilidade social do Empreendimento. Cabe a ele, à medida que gera impactos ou efeitos negativos adversos, tomar medidas em parceria com poder público. Porque não cabe ao Empreendedor substituir o poder público naquilo que é sua obrigação, mas ele pode atuar de maneira solidária e compartilhada na solução das questões que o Empreendimento possa provocar. E ao fazê-lo estará mitigando ou mesmo eliminando aquele impacto negativo. Então o programa tem essa finalidade. A finalidade do programa não é substituir o poder público. A finalidade do programa é orientar o Empreendedor no sentindo dele apoiar organizações tanto governamentais, como nãogovernamentais na solução desses passivos, que possam advir com a implantação do Empreendimento. Daí a necessidade de sua execução, finalizou agradecendo. Com a palavra o Senhor Pedro Mendes Neto, Assessor Jurídico do IMASUL/SEMAC perguntou ao autor se ficou satisfeito e ele respondeu que sim, o mesmo agradeceu e passou para a 10^a. Questão de Marcos Miolo, que estava presente, e também seria ao Empreendedor, referente ao impacto social quanto à imigração. E se o empreendedor vai tratar de ampliação nas questões de saúde, de área social. O Sr. Pedro perguntou ao Sr. Marcos se com a resposta anterior sua questão teria sido respondida, se lhe foi satisfatória, e o mesmo respondeu que sim. O Sr. Pedro passou então para a 11ª. Questão do Senhor Heber, da 1ª Igreja Batista, que continuava presente e que perguntou ao Empreendedor: Com o advento dessas obras haverá diminuição da tarifa de energia elétrica para residências e também para o comércio? Com a palavra a Srta. Daniela Nakamoto, da DM Construtora de Obras Ltda., respondeu que infelizmente não! Quem regula a tarifa no caso, em Mato Grosso do Sul é a Enersul baseado pela regularização da ANEEL. A Usina gerará energia que será vendida ou para uma concessionária local ou para empresas privadas, ainda não foi negociada para onde será utilizada essa energia. Com a palavra o Senhor Pedro Mendes Neto, Assessor Jurídico do



1009

1010

1011

1012

1013

1014

1015

1016

1017

1018

1019

1020

1021

1022

1023

1024

1025

1026

1027

1028

1029

1030

1031

1032

1033

1034

1035

1036

1037

1038

1039

1040

1041

1042

1043

1044

1045

1046

1047

1048

1049

1050

1051

1052

1053

1054

1055

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

IMASUL/SEMAC perguntou ao autor se ficou satisfeito e ele respondeu que sim, o mesmo agradeceu e passou para a 12ª. Questão de Nilton Jorge de Souza, Policial Militar, que estava presente e perguntou ao Consultor: Qual o valor estimado em espécie, em reais para cada município envolvido? Com a palavra o Sr. José Aloísio da Silva, Coordenador do Estudo Ambiental respondeu que a compensação ambiental, por lei até bem pouco tempo, era até meio por cento do valor total, do valor global da obra. Houve uma modificação nessa lei e agora recomendam, através de uma Resolução, que essa compensação seja proporcional ao impacto causado. Farão uma avaliação da relevância e da magnitude do impacto causado para que calculem chegar a um valor dessa Compensação. Nesse sentindo o órgão ambiental é que participa dessa avaliação para se dimensionar a extensão do impacto. Com a palavra a Srta. Daniela Nakamoto, da DM Construtora de Obras Ltda. perguntou ao autor da questão se ele estava se referindo ao royalties para município. Se for, a PCH é dispensada, não recorda se a lei é Federal ou... É Federal essa lei que dispensa PCHs do pagamentos de royalties. Quem paga royalties são as UHS, são Usinas de acima 30 MW, no caso as duas são inferiores. Com a palavra o Sr. José Aloísio da Silva, Coordenador do Estudo Ambiental solicitou complementar a resposta. No caso da Usina tem o recolhimento do ISS, na fase de construção e depois na fase de geração seria o ICMS, que é repassado ao Estado e o Estado é que repassa aos Municípios. Com a palavra o Senhor Pedro Mendes Neto, Assessor Jurídico do IMASUL/SEMAC perguntou ao autor se ficou satisfeito e ele respondeu que sim, o mesmo agradeceu e passou para a 13^a. Questão de Antônio Costa, Geógrafo, que estava presente e perguntou ao Empreendedor: Compensatórias diretas ao município de Ribas do Rio Pardo, depois do período de implantação, como é que fica? Só a geração de energia? O impacto causado não é grande pela utilização do rio? O tempo de vida útil da Usina? Com a palavra o Sr. Luis Roberto Barato, da DM Construtora de Obras Ltda. disse que a PCH ela é uma concessão ao Empreendedor por 30 anos. O Empreendedor constrói a Usina e a explora por 30 anos. Findados os 30 anos, a Usina volta ao poder público e provavelmente vai fazer uma nova licitação ou vai passar para um outro empreendedor, em termos de concessão. Em relação à durabilidade de uma Usina ela está relacionada a diversos aspectos, está relacionada à conservação do solo do entorno, do assoreamento, a própria qualidade da água, a manutenção que se dá ao reservatório. Se começar a deixar proliferar algas e outros problemas diminui bastante o tempo de durabilidade da Usina. Esse é um cuidado e por isso que existem os programas de monitoramento e de acompanhamento, para que se tenha o máximo possível de vida útil desse tipo de empreendimento. Com a palavra o Senhor Pedro Mendes Neto, Assessor Jurídico do IMASUL/SEMAC perguntou ao autor se ficou satisfeito e ele respondeu que sim, o mesmo agradeceu e passou para a 14^a. Questão de Adão Novais, proprietário de área no município, que estava presente e perguntou ao Consultor: No aspecto ambiental e na vazão de água do Rio Verde terá capacidade para operar três Usinas depois de construídas? E levando em consideração as chuvas na região, que estão diminuindo em vista das mudanças climáticas? Com a palavra o Sr. José Aloísio da Silva, Coordenador do Estudo Ambiental respondeu que uma Usina de geração de energia não tem uso consuntivo, ou seja, a água passa pelas turbinas e é devolvida ao rio. Então não se retira a água do rio. Então é possível se fazer uma sucessão de aproveitamentos da mesma água que está passando na turbina na Usina de cima, ela passará na Usina mais abaixo e gerará a mesma energia. Então nesse sentindo não há problema. Quanto à outra questão, solicita ao Sr. Pedro que leia novamente. Com a palavra o Sr. Pedro lembrou que é exatamente a capacidade de



1057

1058

1059

1060

1061

1062

1063

1064

1065

1066

1067

1068

1069

1070

1071

1072

1073

1074

1075

1076

1077

1078

1079

1080

1081

1082

1083

1084

1085

1086

1087

1088

1089

1090

1091

1092

1093

1094

1095

1096

1097

1098

1099

1100

1101

1102

1103

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

operação em três Usinas levando em conta a questão de chuvas que estão diminuindo. Com a palavra o Sr. José Aloísio da Silva, Coordenador do Estudo Ambiental respondeu que ultimamente, têm percebido uma variação muito grande no ritmo e no volume das chuvas principalmente no centro-oeste brasileiro. Naturalmente que podem falar em termos de clima e de sistemas de chuvas com informações de, no mínimo, 30 anos de pesquisa. Podem estar passando por uma questão mais extemporânea desse ritmo das chuvas e provavelmente uma condição mais estável é que vai dizer se realmente terão uma diminuição nos volumes de chuva na região. Com a palavra o Senhor Pedro Mendes Neto, Assessor Jurídico do IMASUL/SEMAC perguntou ao autor se ficou satisfeito e ele respondeu que gostaria de se manifestar. Com a palavra o Sr. Adão Novais perguntou, além do aspecto climático, além das chuvas que estão diminuindo, mesmo com o aquecimento solar, aquele negócio... e problema também das enchentes, a segurança para os ribeirinhos, no caso dessas enchentes se houver, melhor para geração de energia e na diminuição dessas águas do Rio Verde, é possível parar essas turbinas, uma dessas turbinas ou essas Usinas? Com a palavra o Sr. José Aloísio da Silva, Coordenador do Estudo Ambiental respondeu que a questão das enchentes, essas Usinas normalmente elas tem também uma função reguladora nessas vazões do rio, então elas minimizam também essas cheias mais rápidas. E a Usina é projetada para uma recorrência de 10.000 anos. Então se calcula o vertedouro dessa barragem para uma cheia máxima que possa ocorrer. E naturalmente também essa condição de segurança da população residente ajusante do Empreendimento, ou seja, rio abaixo ela passa também pelas condições tecnológicas e de engenharia da própria barragem. Isso naturalmente os empreendedores eles procuram contratar os especialistas, os técnicos que tenham uma qualificação para fazer um projeto que seja seguro. Agora quanto à diminuição, se o Rio Verde for gradativamente diminuindo a sua vazão, naturalmente vai chegar um momento em que aquela capacidade da Usina de gerar vai também diminuir. Se ele tinha duas turbinas gerando a todo vapor ele vai ter que reduzir esse ritmo se essas águas forem realmente diminuindo. Porque a Usina foi dimensionada para um volume "x", se esse volume deixa de existir naturalmente vai afetar a geração da Usina. Com a palavra o Sr. Pedro Mendes Neto, Assessor Jurídico do IMASUL/SEMAC passou para a 15ª. Questão de Niwton Jorge de Souza Vieira, Policial Militar, que estava presente e perguntou ao Empreendedor: Em relação ao projeto de construção da Usina existe alguma organização não-governamental envolvida no projeto? Com a palavra a Srta. Daniela Nakamoto, da DM Construtora de Obras Ltda. respondeu que não tem nenhuma ONG envolvida no projeto. Com a palavra o Senhor Pedro Mendes Neto, Assessor Jurídico do IMASUL/SEMAC perguntou ao autor se ficou satisfeito e ele respondeu que sim, o mesmo agradeceu e não havendo outras perguntas convidou o Sr. Edvaldo Alves, Prefeito para fazer suas considerações. Com a palavra o Sr. Edvaldo Alves, Prefeito Municipal de Água Clara cumprimentou a todos e explicou que chegou um pouco atrasado porque estava em Três Lagoas, mas pegou uma parte do trabalho do investimento que está vindo para o Município. Quando fala em Usina hidroelétrica, ou seja, PCH muitas vezes as pessoas entendem de outra maneira. Igual tem pessoas talvez que comentam na rua que vai acabar com o rio, vai fazer danos ao Município. Mas tem certeza que com a tecnologia hoje existente, ao trabalho que é feito, com a fiscalização do meio ambiente, hoje é um trabalho bem feito, um estudo, igual foi feito pergunta pelo rapaz a respeito de enchentes e de transtorno que pode acontecer no rio. Hoje têm certeza que tudo que acontece nesse tipo de empresa tem um estudo muito bem feito. Por isso eles administradores do Município sempre são



1105

1106

1107

1108

1109

1110

1111

1112

1113

1114

1115

1116

1117

1118

1119

1120

1121

1122

1123

1124

1125

1126

1127

1128

1129

1130

1131

1132

1133

1134

1135

1136

1137

1138

1139

1140

1141

1142

1143

1144

1145

1146

1147

1148

1149

1150

1151

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

parceiros de investimentos dessa qualidade no Município. Sabe que quando se fala de Usina hidroelétrica ou PCH, têm exemplos no Pouso Alto, igual foi feito a pergunta do Sr. Niwton, logicamente os municípios sempre cobram das empresas uma parceria, uma ajuda. Porque todos sabem que na hora que está fazendo investimento, no andamento da obra o município tem uma boa ajuda. Por quê? Vai ter empregos, vai ter arrecadação municipal através do ISS. Só que depois que acontece que está funcionando a Usina, no caso... Não sabe quantos empregos diretos e indiretos. Vocês têm alguma noção? Ouinhentos empregos diretos, hoje, acontecendo o trabalho tal. Só que depois com 10 pessoas, 5 pessoas administram a Usina. Então todos sabem que o Município depois fica com essa responsabilidade no social, na saúde, na educação. Porque quando se fala em Usina hoje, para eles do Município é ótimo. Tem certeza que é um dos melhores investimentos que tem para o município, no momento. Vêem empresas novas chegando ao Município, se instalando, comércio aumentando. Com certeza a venda no comércio aumenta, o emprego aumenta. Só têm uma preocupação depois do término da obra. Mas por isso, geralmente, existe o que foi comentado, as perguntas que fez a compensação para o município. Esta compensação, inclusive, naquela semana foi até Florianópolis fazer uma visita na Eletrosul, a respeito da Usina do São Domingos e ali discutiram bastante sobre essa compensação. E foi respondido o que responderam ali também. Sobre o investimento eles farão uma parceria principalmente na saúde, na segurança. Porque, se sabe que igual foi falado, 500 pessoas trabalhando, muitas vezes eles não têm, no Município. A preferência que querem do Empreendedor é que tente empregar o pessoal da região, o que será bom para todos. Porque hoje as pessoas da região, para quem for tocar a Empresa com certeza, terão a facilidade, não terão que trazer mudança, não terá que acomodar o pessoal, da região é melhor, mas tem certeza que na região não terão pessoas para suprir a necessidade desse trabalho. Já tem uma Usina que já iniciou que é a de São Domingos e a deles futuramente, não sabe qual é o prazo. Que eles já estão iniciando a obra, porque também dependem de muitas documentações, principalmente do meio ambiente, essas coisas todas, os estudos de engenharia. Até começar! Têm certeza que, se começar na mesma época que já está em obra a de São Domingos, com certeza virá muita gente de outros estados ou de outros municípios para trabalhar na Usina. A preocupação de todos os prefeitos, não só a sua, como a dos outros prefeitos vizinhos, que é de Ribas do Rio Pardo, agora lhe parece que está pegando Camapuã também, foi falado. A preocupação é só isso, depois do término. Que, até no momento, não tem nada melhor para o Município do que o investimento da PCH ou da Usina. Só que de outro lado, ficarão com a obra em destaque dentro do Município, apesar de não continuar dando vários empregos, mas ajudará no momento. E essa compensação... O que geralmente todas as Usinas fazem. A parceria já é para suprir esse trabalho que vem futuro, no social, na educação, na saúde. E Água Clara, hoje já tem comentários de sair mais umas três ou quatro Usinas. E que cada vez que sai Usina ali, desde que sejam bem feitas, eles estão fazendo esse trabalho bonito, que os parabeniza. Hoje chegou ali, inclusive falou: trabalharam bem demais, porque veio bastante gente. E agradeceu também a preocupação de todos moradores da região pela participação. É isso aí que tem que fazer. Porque muitas vezes as pessoas... É fácil cobrar do Prefeito, mas depois na hora de participar, não participam. Então essas pessoas talvez que não participam porque ficam comentando: "Ah! O Prefeito está deixando danificar o rio, deixando fazer isso..." Que todos viram que a realidade é outra. É um trabalho bem feito, com qualidade, um trabalho sério, com todo respeito aos danos ambientais, com todo respeito aos proprietários. Portanto quando chega ao ponto



1153

1154

1155

1156

1157

1158

1159

1160

1161

1162

1163

1164

1165

1166

1167

1168

1169

1170

1171

1172

1173

1174

1175

1176

1177

1178

1179

1180

1181

1182

1183

1184

1185

1186

1187

1188

1189

1190

1191

1192

1193

1194

1195

1196

1197

1198

1199

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

de fazer audiência pública, já viram ali vários proprietários da região, que estão ali participando, que foram convidados. Isso é muito importante. E estão ali para ser parceiro e quer que contem com o seu trabalho, com a sua parceria. Querem eles como parceiros também. Igual foi falado ali também sobre o aterro sanitário. De onde que é? Ouro Verde? Então, é uma das coisas que hoje eles também já necessitam, do aterro sanitário. Sabem que município nenhum no Estado quase não tem. Parece que só dois municípios que tem o aterro sanitário, mas já é necessidade... e já é necessário e já é obrigatório por lei a todos municípios ter aterro sanitário. Então pode ser um estudo também a ser feito com essas compensações através de um aterro sanitário. Da saúde, agora já viram ampliar bastante a saúde com o apoio da Hidroelétrica São Domingos, também, que já está também propondo apoio. Isso para ele é tudo... Um apoio muito bom que têm e contam com esse trabalho, contam com a equipe deles que estará no dia a dia ali trabalhando e com a população água-clarense. Agradeceu a todos mesmo, pela força de vontade, pela participação, as perguntas que foram feitas. Isso é muito importante, as perguntas, porque a própria população vai ficando consciente do acontecimento, vai ficando interado das coisas do acontecimento, desse investimento. E fez uma pergunta. Se tiverem alguém que possa responder, a respeito... qual é o número de habitantes que é atendido através dessa energia, por exemplo, quantos habitantes essa PCH cada uma delas atende na média? A área industrial é uma coisa e a residencial é outra. É por que têm hoje, aquela a de São Domingos, 700 mil pessoas. Então para eles verificarem o que está acontecendo no seu Município. Vai sair já da primeira Usina, um atendimento de energia para uma média de 700 mil pessoas, da primeira Usina. Agora com as PCH com certeza já imaginou o que vai sair de Água Clara para o Estado ou fora dele, que seja, para todas as regiões, no atendimento de energia. Então, por isso fica muito contente de estar ali recebendo esses investimentos, esses empreendimentos numa época tão difícil que todo mundo fala em crise. E chega um investimento desses para dar emprego para o pessoal, para atender a demanda de emprego no Município e também, muitas vezes, até dar uma força. É lógica, com certeza a economia, a arrecadação para o Município também é boa. E com certeza o Município arrecadando tem condições de dar um atendimento melhor para a população água-clarense. Agradeceu a todos pela Audiência. Ficou contente do pessoal de Água-Clara estar participando. Que agora mesmo conversando com o rapaz, ele falou para ele que numa outra audiência, em outra cidade não teve o sucesso que está tendo ali em Água Clara. Parabenizou a todos pelo trabalho. E disse a eles e a toda a população água-clarense que estão a disposição de todos. Muitas vezes também alguma dúvida que queiram tirar, eles já estão bem interados desses assuntos de Usina. Estão no Gabinete, muitas vezes, andando na cidade, pode parar, pode perguntar que responderão. E o que não tiver resposta na altura, com certeza ele tem cartão deles todos, e farão uma ligaçãozinha para dar a resposta a quem perguntar. Agradeceu novamente a todos pela oportunidade e pelo trabalho que estão fazendo no Município. Com a palavra o Sr. Pedro Mendes Neto, Assessor Jurídico do IMASUL/SEMAC agradeceu imensamente ao trabalho da equipe de Educação Ambiental do IMASUL, à Maria José Alves e à Honorá Dutra que fizeram realmente um excelente trabalho de mobilização, fizeram chegar a todos os rincões ali de Água Clara o assunto audiência pública. De forma que obtiveram realmente uma excelente presença, tanto em número como em qualidade. As perguntas foram de bom nível, por certo vão favorecer o trabalho de análise da equipe do IMASUL que está trabalhando no licenciamento para VERDE 4 e para a VERDE 4A, avaliando os estudos que foram apresentados pela consultoria e pela DM. Em nome do Senhor Secretário de



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

Estado do Meio Ambiente, Planejamento, Ciência e Tecnologia, declarou encerrada a presente seção desejando que todos possam voltar aos seus lares com a proteção de Deus. Eu, Marli Jussara Mense, Técnica Ambiental do IMASUL/SEMAC, lavro a presente ata que vai por mim assinada.